

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
1.1	Problematização.....	11
1.2	Pressupostos conceituais.....	14
2	A FUNÇÃO NOTARIAL E DE REGISTRO.....	19
2.1	Histórico	25
2.2	A Constituição de 1988 e o tratamento dado à função notarial e de registro.....	34
3	O CONCURSO PÚBLICO E A FUNÇÃO NOTARIAL E DE REGISTRO	41
3.1	Fundamentos para a adoção do concurso público na atualidade.....	43
3.2	A Constituição da República de 1988 e o concurso público.....	44
3.3	O concurso público para o exercício da função notarial e de registro.....	49
3.3.1	A aquisição originária de direito no concurso público para titular de um cartório extrajudicial	52
3.3.2	O concurso de ingresso	53
3.3.3	O concurso de remoção.....	55
3.4	A proposta de Emenda Constitucional PEC nº 471/2005...	57
3.5	As Resoluções nº 80 e nº 81 do CNJ, de 9 de julho de 2009	59

3.6	Análise do edital nº 02/2007 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que disciplina o concurso de ingresso para a titularidade de cartórios extrajudiciais	61
3.6.1	Exame do andamento do concurso.....	65
4	O REGIME JURÍDICO DOS TITULARES DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO E DOS PREPOSTOS DESSES TITULARES	69
4.1	Os titulares, escreventes e auxiliares de cartórios oficializados (estatizados).....	73
4.2	Os titulares, escreventes e auxiliares de cartórios não oficializados (não estatizados), que começaram a atuar em data anterior à promulgação da atual Constituição.....	78
4.3	Os titulares que receberam a delegação em decorrência de aprovação em concurso público realizado após a Constituição de 1988	93
4.4	Os prepostos contratados sob o regime da CLT após a Constituição de 1988	97
4.5	Os interinos.....	102
4.6	O interventor.....	103
4.7	O substituto mais antigo	104
5	A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DOS ATOS NOTARIAIS E DE REGISTRO	109
5.1	A responsabilidade civil do Estado	112
5.2	A disposição constitucional acerca da responsabilidade dos prestadores de serviços públicos.....	115
5.3	A delegação de notas e de registro a pessoa física	120
5.4	As conseqüências da inexistência de personalidade jurídica dos cartórios extrajudiciais.....	123
5.5	A natureza e a extensão da responsabilidade da pessoa física à qual foi outorgada a delegação	131
5.6	A tese da responsabilidade objetiva dos notários e registradores.....	132

5.7 A tese da responsabilidade subjetiva dos notários e registradores	137
5.8 A responsabilidade civil do Estado e a função notarial e de registro	146
5.9 O pólo passivo da ação em que a vítima busca ressarcimento por dano	153
5.10 A importância da criação de seguros coletivos com o fim de assegurar o pagamento de indenizações por responsabilidade civil decorrente de atos notariais ou de registro.....	157
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
7 REFERÊNCIAS	163